

OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo DEL VECCHIO¹ e Carla DIÉGUEZ²

Resumo: Este artigo apresenta uma análise comparativa dos programas de pós-graduação em Sociologia do Estado de São Paulo, face ao panorama nacional. Apoiase nos dados produzidos pela CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior referentes ao ano-exercício de 2004, a partir dos quais busca apontar tendências de desenvolvimento de tais programas para os próximos anos.

Palavras-chave: Sociologia. Sistema de pós-graduação. São Paulo.

Apresentação

O artigo aqui apresentado traz dados referentes aos programas de pós-graduação (PPG) em Sociologia, com particular interesse no estado de São Paulo. Nosso objetivo é o de mostrar a importância deste estado na constituição do campo da sociologia, particularmente no que se refere aos aspectos institucionais desse percurso. Na concretização de tal propósito, iniciamos pela exposição da metodologia e dos critérios utilizados na seleção dos dados e na elaboração das tabelas que dão sustentação à nossa análise.

O recorte estabelecido para coleta dos dados refere-se ao ano-exercício de 2004, uma vez que este é o mais atualizado banco de dados posto em disponibilidade pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A principal fonte de informações utilizada provém dos “Cadernos de avaliação” da Capes. Assim, todos os indicadores referentes a docentes, produção, projetos de pesquisa e linhas de pesquisa têm como origem o que foi declarado pelos programas de pós-graduação no ano de 2005, com base nas atividades de 2004.

¹ UNESP - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. Presidente do Conselho Superior da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP - adv@fclar.unesp.br

² Mestranda em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080. Professora da FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - carlaregina@fespsp.org.br

Para calcular a produção bibliográfica, consideramos como válidos os capítulos de livro, as coletâneas e os livros publicados. Não foram considerados orelhas de livros, apresentações, prefácios e posfácios. Entre os artigos, contabilizamos aqueles completos, publicados em periódicos com classificação Qualis,³ assim como os trabalhos completos publicados em anais classificados. Também foram considerados artigos publicados em páginas da internet. Este recorte visa focar apenas artigos e livros oriundos das pesquisas realizadas por docentes e discentes, que, geralmente, produzem trabalhos originais.

Por meio da análise do material, é possível apontar certos limites inerentes à metodologia utilizada para a coleta dos dados. Aos PPGs cabe pedir a seus docentes e discentes que forneçam dados relativos a projetos, produção bibliográfica, disciplinas ministradas para compor o relatório DataCapes, entregue anualmente à Capes, mas cabe à coordenação de cada programa reunir estes dados e conferir a eles o formato adequado. Nota-se que há disparidades no que concerne a sistematização dos dados.

Pode-se tomar como exemplo o relatório referente à produção bibliográfica. Há a divisão de “artigos em periódicos”, “artigos em anais”, “livros” (coletâneas, capítulos, textos integrais) e “outras publicações”. Constata-se que alguns PPGs incluem resenhas publicadas em periódicos no item “artigos”, enquanto outros as inserem em “outras publicações”. O mesmo acontece com artigos publicados em anais. Por fim, ocorrem casos em que o item “outras publicações” traz artigos publicados em anais de eventos.

Os PPGs, portanto, vêm-se ante uma tensão: de uma parte, é necessário preencher o relatório citado, para atender aos requisitos da Capes, sem o que a legitimidade do curso e sua própria continuidade podem ficar comprometidas; de outra parte, a análise do material disponível indica que a tarefa de preenchimento dá-se em meio a certa desorientação quanto a definições. Como determinar se “resenha publicada em periódico” é “artigo” ou “outra publicação”? Qual a definição a ser adotada? Qual o critério para lançar uma publicação no campo “outro”?

Provavelmente, concorre para tal situação um conjunto de fatores, entre os quais devem estar a falta de suficiente orientação por parte da Capes e a eventual desatenção ou mesmo o despreparo dos responsáveis pela sistematização dos dados.

³ A Qualis (Classificação de periódicos, anais, jornais e revistas), atribuída pela Capes aos periódicos científicos conforme sua circulação geográfica, composição do corpo editorial e colaboração dos autores, entre outros, “é o resultado do processo de classificação dos veículos **utilizados** pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos” (BRASIL, 2006c).

Os PPGs em Sociologia e a área de Ciências Sociais

A constituição de programas de pós-graduação é talvez o ponto culminante da institucionalização acadêmica de uma disciplina científica no Brasil. Ou seja: chegue ao fim desse processo apenas quando um conjunto de pesquisadores consegue instituir cursos de mestrado e doutorado, nos quais articulam suas investigações com os métodos e técnicas de pesquisa de determinada disciplina. O estudo dessa dinâmica é, evidentemente, objeto relevante para os praticantes da própria disciplina. Em artigo recente, Maria Stella Grossi Porto demonstrou com clareza este ponto (PORTO, 2004).

Ademais, os programas de pós-graduação em Sociologia abrangem mais da metade dos PPGs da grande área de Ciências Sociais. Segundo a relação de cursos da Capes, existem 72 cursos e PPGs em Ciências Sociais no Brasil, dos quais 39 estão classificados na área de Sociologia, distribuídos sob as denominações de Ciências Sociais (20) e Sociologia (19). Na área de Ciência Política, encontramos 18 cursos (25% do total); e na de Antropologia, 15 (20,8%). Os cursos de Sociologia, portanto, correspondem a 26,4% do total da grande área de Ciências Sociais. Entre os PPGS da área de Sociologia, os restritos a Sociologia correspondem a 48,7% do total (ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Distribuição dos programas de pós-graduação por área das Ciências Sociais (Brasil - 2006)

Área	Total	%
Antropologia	15	20,8
Ciência Política	18	25
Sociologia	39	54,2
Total	72	100

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Tabela 2 - Distribuição dos programas de pós-graduação da área de Sociologia (Brasil - 2006)

Área de Sociologia	Total	%
Ciências Sociais	20	51,3
Sociologia	19	48,7
Total	39	100

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Breve histórico dos PPGs em Sociologia

Com a necessária ressalva de que não se pode negligenciar a importância da produção dos chamados precursores, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, e outros (IANNI, 2004, p.26), a trajetória institucional da Sociologia no Brasil principia nos anos 30, impulsionada pela contribuição dos “mestres estrangeiros”, franceses, alemães e norte-americanos. Assim, se “os franceses [na USP] foram os grandes mestres, os norte-americanos e os alemães, alojados na Escola Livre de Sociologia e Política, concorreram para a abertura de temas de investigação que, posteriormente, se configuraram em estudos desenvolvidos na USP.” (ARRUDA, 1994, p.315-316).

No ponto de chegada desse percurso, temos a constituição de um sistema de PPGs, que recebeu grande impulso a partir dos anos 70, quando foram estruturados seis dos atuais 19 cursos e programas de pós-graduação (ver Tabelas 1 e 2). Portanto, “não seria incorreto afirmar que o início do processo de institucionalização dos programas de pós-graduação na área de ciências sociais ocorreu durante o período autoritário, uma vez que dos 60 programas atualmente existentes nada menos do que 32 surgiram durante o regime militar.” (MARTINS, 2005, p.27).

Anteriormente, a Universidade Federal de Pernambuco havia instituído em 1967 o curso de mestrado em Economia e Sociologia, concebido como programa conjunto das divisões de Economia e Sociologia daquela instituição, que foi depois credenciado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), mediante o Parecer nº 11/74, de 21 de janeiro de 1974. Este momento pode ser considerado o início da segunda fase do processo de construção de um sistema de pós-graduação no Brasil, segundo os moldes hoje conhecidos. O momento primordial ocorreu em 1965, quando da edição do Parecer nº 977/65 do CFE (disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2006). Em época bem mais remota, quando a pesquisa sociológica ainda se desenvolvia em padrões organizacionais precários, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) instalou o primeiro curso de mestrado na disciplina no País. Esse curso, em 1976, viria a se tornar programa de pós-graduação, com a implantação do doutorado.

Em 1941, por sugestão de Donald Pierson — vindo de Chicago e cuja estadia em nosso País era custeada por recursos do *Institute of Social Anthropology da Smithsonian Institution* —, a FESPSP implantou a Divisão de Estudos Pós-Graduados, que tinha por objetivo “conceder no primeiro estágio, o grau de Mestre em Ciência no campo da Sociologia e Antropologia.” (BERLINCK, 1964, p. 292).

Esse ancestral curso de mestrado em Sociologia formou sua primeira turma com 12 alunos regulares e seis ouvintes (ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E

POLÍTICA, 1942, p. 9), selecionados entre bacharéis em Ciências Políticas e Sociais e em Ciências Econômicas. (ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1953, p. 21) Interessante notar que os procedimentos para a seleção dos alunos e a organização do curso e das atividades de pesquisa já obedeciam a padrões próximos aos adotados na atualidade por recomendação da Capes, tais como: estrutura de cadeiras obrigatórias e optativas, nas quais os alunos deveriam integralizar uma quantidade determinada de créditos; exame de proficiência em língua estrangeira para ingressantes; exame de qualificação dos candidatos ao título de mestre; arguição por banca titulada; e defesa pública da tese (dissertação). (ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1953, p. 22)

Em 1987, por decisão da mantenedora, este programa foi desativado, porque era impossível à instituição “oferecer recursos básicos: professores (em) período integral, espaço físico adequado e biblioteca equipada.” (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO, 1987, p. 1-3).

Entretanto, por causas que não serão tratadas nos limites deste artigo, a experiência precoce da Escola de Sociologia e Política de São Paulo não logrou irradiar-se de pronto a outras instituições, e foi apenas nas décadas de 70 e 80 que a Sociologia atingiu sua maturidade institucional, com a proliferação de programas de pós-graduação em quase todo o território nacional, os quais aliarão ao ensino de graduação a formação de pesquisadores.

Parte importante desse movimento ocorreu no estado de São Paulo, que, em meados dos anos 70, sediava os dois programas (mestrado e doutorado) existentes no País — na Universidade de São Paulo (USP), criado em 1971, e na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais (EPG), da FESPSP, também de 1971 —, além de um dos oito cursos de mestrado — na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a partir de 1974 — à época existentes. Em 1981, o quarto curso de mestrado de São Paulo foi instituído na Universidade Estadual Paulista (UNESP), no campus de Araraquara, o que resultou na concentração de um terço dos cursos brasileiros de pós-graduação em Sociologia em território paulista durante a década de 80. Em 1993 e em 2003, a UNESP e a Unicamp, respectivamente, constituíram seus cursos de doutorado e tornaram-se programas de pós-graduação em Sociologia. Hoje, o estado de São Paulo é responsável por 16,7% dos PPGs em Sociologia.

Sendo território pioneiro na constituição da disciplina, São Paulo foi também núcleo impulsionador da produção científica da área, que teve como outros centros importantes de irradiação os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além do Distrito Federal.

A concentração de PPGs em Sociologia em São Paulo

Para determinar de forma objetiva a importância de São Paulo nesse processo, vamos nos ater aos conceitos da avaliação feita pela Capes. Nessa perspectiva, constatamos que os PPGs da USP e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) têm conceito 7 e perfazem 11,1% do total da área. De outra parte, sete PPGs obtiveram conceito 5 (38,9%) e estão distribuídos entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Ceará e o Distrito Federal. O único PPG com conceito 6 está no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os PPGs com conceito 5, há equilíbrio entre as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País, cada qual com dois PPGs. Outro fator importante corresponde à idade dos programas: todos os que alcançaram conceito igual ou superior a 5 tiveram seus primeiros cursos instituídos até a década de 80.

Um ponto importante desta análise reside na concentração geográfica dos PPGs. Todos os programas com nota superior a 5 estão em São Paulo e no Rio de Janeiro, e dos sete que obtiveram nota igual a 5, dois estão em São Paulo (na UNESP e na Unicamp). Por certo, vários fatores contribuem para tal concentração. Entretanto, há correlação positiva entre a boa avaliação e a presença de políticas de financiamento e fomento implementadas nos estados pelas respectivas Fundações de Amparo à Pesquisa. A recepção de expressivo quinhão das verbas federais tende a aprofundar essa tendência, pois impele ainda mais o incremento da produção de pesquisas e da publicação por parte de docentes e discentes nos estados de Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que surgiu em 1962, foi um propulsor das atividades de pesquisa. Segundo as estatísticas divulgadas pela instituição, nos anos de constituição dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia, o investimento do quadriênio inicial (1971-1974) foi de US\$ 21.259.284,00, que aumentou no quadriênio seguinte (1975-1978) para o total de US\$ 35.284.939,00 e se manteve estável no próximo quadriênio (1979-1982); em 12 anos, o financiamento de projetos e pesquisas oferecido pelo governo estadual paulista chegou a quase US\$ 100 milhões.⁴ Em 2004, ano utilizado como base para a realização deste estudo, os investimentos feitos pela Fapesp ultrapassam a casa dos US\$ 120 milhões. Em termos comparativos, atualmente a Fapesp investe, em um ano, o mesmo montante que investiu nos seus primeiros 12 anos de existência. Sabemos que isto se deve à conjuntura econômica das épocas analisadas; porém, aqui cabe apenas ressaltar a importância que a ciência e

4 Não foi possível obter os dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), o que possibilitaria uma comparação.

a tecnologia têm para o estado de São Paulo, o que se reflete na forte estrutura oficial de fomento e na proeminência de suas universidades e institutos de pesquisa.

Não seria exagerado afirmar que o sistema paulista de fomento científico incorporou pioneiramente as Ciências Sociais e, em específico, a Sociologia. Maria Cecília Spina Forjaz colheu depoimento de Paulo Vanzolini — figura fundamental na constituição da Fapesp — em que este fato é evidenciado.

As Ciências Sociais não eram consideradas ciência, no Brasil. O CNPq não ajudava. Quem reconheceu as Ciências Sociais na Fapesp foram o Ulhôa Cintra (primeiro diretor administrativo-1962-1964. nota do autor) e eu. Eu fui a ponte entre as Exatas e as Humanas, porque eu sempre tive um pé nas humanidades. Eu dou pós-graduação em História. Gosto de escrever, estudo literatura e gosto de Artes Plásticas. (FORJAZ, 1989, p.32).

Para o campo da Sociologia, este dado pode ser analisado à luz da produção bibliográfica dos docentes dos PPGs.

Como mostra o Tabela 3, os PPGs paulistas estão entre os dez com maior número de publicações. O PPG da USP é o quarto colocado em número de livros e capítulos de livros publicados, com 32 títulos.

Tabela 3 - Produção bibliográfica docente em programas de pós-graduação, por universidades, segundo tipo de publicação (Brasil - 2004)

Universidades	Livro/capítulo de livro	Artigo em periódico científico	Total
UnB	41	45	86
UFPB	33	51	84
UFSC	15	51	66
USP	32	33	65
UFRGS	31	33	64
UFRJ	38	24	62
UNESP/Araraquara	20	34	54
Iuperj	32	14	46
Unicamp	14	30	44
UFMG/Sociologia e Política	16	27	43
UFPE	20	23	43
UFMG/Sociologia	9	33	42
UFC	17	17	34
UFPR	11	20	31
UFG	10	18	28
Ufal	3	10	13
Total	342	463	805

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Os PPGs paulistas são responsáveis por 20,3% da produção bibliográfica dos PPGs em Sociologia de todo o País. Destes, o mais bem avaliado, o da USP, é responsável por 8,1% da produção bibliográfica nacional na área. Mais à frente, analisaremos estes números apenas no caso de São Paulo.

Tabela 4 - Produção bibliográfica docente em programas de pós-graduação, por universidades (Brasil - 2004)

Universidades	Total	%
UnB	86	10,7
UFPB	84	10,4
UFSC	66	8,2
USP	65	8,1
UFRGS	64	8,0
UFRJ	62	7,7
UNESP/Araraquara	54	6,7
IUPERJ	46	5,7
Unicamp	44	5,5
UFMG/Sociologia e Política	43	5,3
UFPE	43	5,3
UFMG/Sociologia	42	5,2
UFC	34	4,2
UFPR	31	3,9
UFG	28	3,5
Ufal	13	1,6
Total	805	100,0

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez

Na Tabela 4, vê-se que a maior parte da produção bibliográfica na área de Sociologia é produzida fora da Região Sudeste. Contudo, se nos limitamos aos dez programas mais bem avaliados, encontramos um equilíbrio entre as regiões, apenas alterado em favor da Região Sudeste, responsável por 39% da produção. Em seguida, a Região Sul, com 16,2%, precede as Regiões Centro-Oeste, com 10,7%, e Nordeste, com 10,4%. Mas nem sempre os números refletem a qualidade das produções.

Os números, sem dúvida, são expressivos. Todavia, sua adoção como fundamento de avaliação não os torna imunes a críticas. Uma das mais correntes refere-se à prevalência das informações quantitativas como parâmetro único de avaliação, com o evidente risco de comprometimento de elementos que permitam a aferição da qualidade da produção científica.⁵ Para a Capes, isto não é tão relevante, visto que os critérios adotados para a conceituação dos cursos consideram como

⁵ Presidente do CNPq responde à Sociedade Brasileira de Física sobre aumento de bolsas de produtividade em pesquisa. (SBPC, 2006)

ponto primordial a qualidade dos docentes e de sua produção, assim como o grau de articulação do PPG com outras instituições.

De todo modo, é bom lembrar que a própria metodologia de avaliação da Capes contempla uma classificação qualitativa da produção bibliográfica, ao menos para os artigos científicos, que são apreciados pelo “critério Qualis”, atribuído pelos comitês de área da Capes aos periódicos, conforme sua circulação e abrangência. Entretanto, ainda não foi estruturado um sistema que permita qualificar livros ou capítulos de livros, o que dificulta a apreciação uniforme da produção bibliográfica.

Assim, seja pela referência à tradição ou à antiguidade, seja pela quantificação da produção, o estudo dos PPGs de Sociologia do estado de São Paulo configura-se como objeto legítimo e relevante.

Nosso objetivo é o de comparar o desenvolvimento de cada um dos PPGs paulistas ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos anos mais recentes, em relação aos quais há mais dados disponíveis. Ressaltamos o fato de que apenas destacamos os PPGs que são denominados “Sociologia”, pois para esta investigação importa, primordialmente, analisar o desenvolvimento dos estudos na primeira disciplina das Ciências Sociais a se institucionalizar no âmbito da graduação e da pós-graduação. Um panorama conjunto dos programas em Sociologia e Ciências Sociais pode ser encontrado no interessante estudo de Weber (2005).

O Quadro 1 e a Tabela 5 fornecem informações a respeito do conceito atribuído aos PPGs paulistas em Sociologia no quadro nacional e da classificação da produção científica veiculada por membros dos PPGs em Sociologia em periódicos científicos.

Quadro 1 - Programas de pós-graduação em Sociologia, instituições de ensino superior (IES), unidades da Federação, conceitos segundo os critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e datas de instituição (Brasil - 2006)

Grande Área: Ciências Humanas						
Área: Sociologia						
Programa	IES	UF	Conceito		Data de instituição	
			M	D		
1. Sociologia	USP	SP	7	7	1971	1971
2. Sociologia	IUPERJ	RJ	7	7	1973	1980
3. Sociologia e Antropologia	UFRJ	RJ	6	6	1980	1993
4. Sociologia	UFPE	PE	5	5	1967	1995
5. Sociologia	UNB	DF	5	5	1970	1984
6. Sociologia	UFRGS	RS	5	5	1973	1994

7. Sociologia	Unicamp	SP	5	5	1974	2003
8. Sociologia	UFC	CE	5	5	1976	1994
9. Sociologia	UNESP/Araraquara	SP	5	5	1981	1993
10. Sociologia Política	UFSC	SC	5	5	1985	1994
11. Sociologia	UFPB/J.P.	PB	4	4	1979	-
12. Sociologia e Política	UFMG	MG	-	4	-	1994
13. Sociologia	UFPR	PR	4	3	1997	2004
14. Sociologia	UFMG	MG	4	-	1981	-
15. Sociologia Política e Cultura	PUC-RIO	RJ	4	-	H	-
16. Sociologia Rural	UFCG	PB	4	-	H	-
17. Sociologia	UFPA	PA	3	-	1999	-
18. Sociologia	UFG	GO	3	-	1999	-
19. Sociologia	Ufal	AL	3	-	2003	-

Legenda: M, mestrado; D, doutorado; H, em homologação pelo Conselho Nacional de Educação (cne).

Fonte: Perfil da Pós-Graduação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Tabela 5 - Classificação dos artigos, por universidade, segundo o critério Qualis (Brasil - 2004)

Universidade	Qualis Internacional			Qualis Nacional			Qualis Local			Total
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
UFPB	3	1	-	1	2	7	2	11	9	36
USP	5	5	1	2	5	7	1	4	-	30
UFSC	2	-	-	6	9	-	4	3	4	28
UNESP/Araraquara	2	1	2	-	4	9	2	1	5	26
UFRGS	2	1	5	2	7	-	3	-	2	22
UnB	1	1	2	-	4	2	3	6	1	20
Unicamp	2	1	-	2	4	2	2	2	2	17
UFG	-	1	3	2	2	1	-	8	-	17
UFPE	-	-	-	1	3	8	-	2	2	16
UFMG/Sociologia	4	-	1	1	2	3	1	3	1	16
UFC	1	-	-	1	11	2	1	-	-	16
UFRJ	2	3	-	2	6	1	2	-	-	16
UFMG/Sociologia e Política	4	1	-	2	1	4	1	-	1	14
IUPERJ	4	1	-	1	1	2	-	-	2	11
UFPR	1	-	2	2	2	-	-	-	2	9
Ufal	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3
Total	33	16	16	25	63	49	22	41	32	297

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

A Tabela 5 reveste-se de especial interesse, pois traz à tona determinados contrastes entre a quantidade e a qualidade da produção científica. A UFG, que é a penúltima em produção bibliográfica, é a oitava em publicação de artigos em periódicos com classificação Qualis. A USP e a UFRGS são as que mais publicam em

periódicos de qualidade internacional. As revistas Tempo Social, do Departamento de Sociologia da USP, e Sociologias, do PPG em Sociologia da UFRGS, são, respectivamente, Internacional B e Internacional C. A única instituição que possui um veículo de publicação Internacional A é o Iuperj (revista Dados).

A UNESP, a UFMG, a UFRJ e o Iuperj têm a mesma quantidade (cinco) de produções em periódicos de classificação internacional. Mais uma vez, percebe-se a predominância da Região Sudeste e dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A UnB, primeira colocada em número de produções bibliográficas, é a sexta no que se refere a publicações em periódicos classificados. A UFPB, apesar de ter o maior número de produções classificadas, veicula sua produção em periódicos de circulação predominantemente local.

Comparação dos PPGs em Sociologia de São Paulo

Expusemos, na “Apresentação” deste artigo, a relevância de uma pesquisa sobre os programas de pós-graduação em Sociologia, principalmente os que estão localizados no estado de São Paulo. Nesta parte, o objetivo é “destrinchar” os PPGs em Sociologia paulistas, mostrando as causas que os tornam tão relevantes dentro de seu campo de conhecimento.

Os PPGs paulistas são compostos por um corpo docente de grande relevância acadêmica, que se expressa na alta titulação, pois 45% são professores livre-docentes. Os doutores ainda representam grande número, em comparação com os pós-doutores. Sendo este um dos pontos importantes na avaliação da Capes, a USP leva vantagem, visto que seu corpo docente é formado de 65,6% de professores livre-docentes e pós-doutores, contra 60% da UNESP e 55,6% da Unicamp (ver Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Distribuição da titulação dos docentes dos programas de pós-graduação, por universidade s selecionadas, em números absolutos (Estado de São Paulo - 2004)

Universidade	Titulação			Total
	Doutor	Pós-Doutor	Livre-Docente	
USP	11	6	15	32
UNESP/Araraquara	12	4	14	30
Unicamp	8	3	7	18
Total*	31	13	36	80

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Plataforma Lattes CNPq; elaboração, Carla Diéguez.

*Estão incluídos os professores aposentados dos três programas

Tabela 7 - Distribuição da titulação dos docentes dos programas de pós-graduação, por universidades selecionadas, em porcentagem (Estado de São Paulo - 2004)

Universidade	Titulação			Total
	Doutor	Pós-Doutor	Livre-Docente	
USP	34,4	18,7	46,9	40
UNESP/Araraquara	40	13,3	46,7	37,5
Unicamp	44,4	16,7	38,9	22,5
Total	38,75	16,25	45	100

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Plataforma Lattes CNPq; elaboração, Carla Diéguez.

Outro ponto para a análise reside na relação numérica entre docentes e orientandos. Presume-se que um programa de pós-graduação é efetivo quando disponibiliza um número restrito de orientandos por docente, permitindo maior tempo de dedicação do docente à formação discente. Segundo a Tabela 8, os três programas de São Paulo apresentam volume satisfatório de orientandos para o número de docentes. A Tabela 9 explicita melhor esta relação, ao mostrar o número médio de orientandos por docentes permanentes, que constituem o “núcleo duro” dos PPGs⁶.

Entre os PPGs de São Paulo, a USP, que tem o maior conceito Capes, também tem a maior relação orientando por docente: em média, cinco orientandos por docente permanente. Este dado reflete o fato de que não há correlação negativa entre a quantidade de orientandos e a produção docente; ao contrário, segundo indicam os dados, aquela quantidade pode até auxiliar esta produção.

Este ponto pode ser ilustrado com o exemplo do Iuperj, que, entre os PPGs de Sociologia, é o que possui maior relação orientando por docente permanente (7,5 orientandos por docente permanente), o que não o impede de, conjuntamente com a USP, obter o conceito máximo (7,0) na avaliação da Capes.

Tabela 8 - Número de docentes e orientandos, por universidades selecionadas, em números absolutos (Estado de São Paulo - 2004)

Universidade	Docentes		Orientandos		
	Permanentes	Colaboradores*	Mestrandos	Doutorandos	Total
USP	27	4	77	77	154
UNESP/Araraquara	21	9	35	70	105
Unicamp	17	1	40	23	63
Total	65	14	152	170	322

Nota: (*) Incluem-se entre os professores colaboradores os professores visitantes.

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

⁶ Portaria Capes nº 68, de 3 de agosto de 2004.

Tabela 9 - Distribuição do número médio de orientandos por docentes permanentes, por universidade (Brasil - 2004)

Universidade	UF	Docentes permanentes	Orientandos		Total
			M	D	
Iuperj	RJ	15	2,2	5,3	7,5
UFC	CE	16	2,7	3,25	5,95
UFSC	SC	19	2,8	2,7	5,5
USP	SP	27	2,4	2,6	5
UFRJ	RJ	27	2,1	2,7	4,8
UnB	DF	15	1,5	2,9	4,4
UFRGS	RS	16	2	2,3	4,3
UNESP/Araraquara	SP	21	1,8	2,4	4,2
UFMG/ Sociologia e Política	MG	20	2,05	2,1	4,15
UFPR	PR	17	3,65	0,5	4,15
Unicamp	SP	17	2,3	1,35	3,65
UFPE	PE	16	1,2	2,25	3,45
UFMG/Sociologia	MG	20	2,4	1	3,4
UFG	GO	13	2,8	-	2,8
UFPB	PB	23	1,1	1,5	2,6
Ufal	AL	10	1,5	-	1,5
Total		292	2,1	2,2	4,3

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Podemos examinar estes dados sob a ótica da produção discente (ver Tabela 10), por certo estimulada pela pesquisa em conjunto com o orientador e pela orientação efetivamente realizada.

Tabela 10 - Produção discente, por universidade (Brasil - 2004)

Universidade	Livro/capítulo de livro	Artigo em periódico científico	Total
UFSC	20	19	39
UFPB	6	19	25
USP	12	13	25
UNESP/Araraquara	9	13	22
UFRGS	6	14	20
Unicamp	1	16	17
UFRJ	4	10	14
UFC	6	4	10
UFMG/Sociologia	4	3	7
UFG	0	7	7
UFPE	2	4	6
UnB	4	1	5

UFMG/Sociologia e Política	3	2	5
UFPR	0	5	5
IUPERJ	0	3	3
UFAL	0	0	0
Total	77	132	209

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

Os PPGs paulistas mostram bom desempenho em comparação com os outros, estando entre os seis com maior produção discente. A UFSC surpreende com sua alta produção, mesmo tendo um alto índice de orientandos por docentes permanentes, como visto na Tabela 10. Este dado reitera nossa percepção quanto a uma tendência à correlação positiva entre o número de orientandos e a produtividade docente.

Para termos melhor visão do grau de integração entre corpo docente e discente, vamos relacionar a quantidade de produções discentes realizadas em conjunto com o corpo docente (ver Tabela 11), outro item recomendado e valorizado pela Capes. **Tabela 11 - Produção bibliográfica discente em parceria com o corpo docente, por universidade (Brasil - 2004)**

Universidade	Livro/capítulo de livro	Artigo em periódico científico	Total
UFPB	2	2	4
Unicamp	0	3	3
UFMG/Sociologia	1	2	3
UFG	0	2	2
UFPE	0	1	1
IUPERJ	0	1	1
UNESP/Araraquara	0	1	1
UFRGS	0	1	1
UnB	0	0	0
UFRJ	0	0	0
UFC	0	0	0
UFMG/Sociologia e Política	0	0	0
UFSC	0	0	0
USP	0	0	0
UFPR	0	0	0
UFAL	0	0	0
Total	3	13	16

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); elaboração, Carla Diéguez.

A UFPB, detentora de alto índice de produção discente, também é a que exibe o maior número de publicações conjuntas de docentes e discentes. Neste aspecto, os PPGs de São Paulo não têm bom desempenho. A USP não apresenta nenhuma

produção conjunta discente e docente, enquanto a UNESP apresenta apenas uma e a Unicamp, três trabalhos conjuntos entre orientando e orientador.

As exatas razões dessa ocorrência são de difícil determinação, mas algumas causas podem ser aventadas, com a ressalva de que sua determinação requer comprovação empírica por meio de pesquisa específica.

A baixa associação entre a produção docente e discente nos programas de pós-graduação em Sociologia de São Paulo pode estar relacionada a determinado padrão de carreira acadêmica existente nesta unidade da Federação, aliás encontrada em todo o País. O pesquisador da grande área de Ciências Sociais, bem como o da área específica de Sociologia, tende a desenvolver uma carreira baseada na investigação de tema de sua predileção pessoal. Normalmente, ingressa no PPG com esta questão formalizada em projeto e tende a escolher — ou a ser escolhido por — um orientador que apresenta maior proximidade com tal temática.

A despeito da inegável qualidade da produção individual dos pesquisadores, a ausência de práticas indutivas no sentido da acumulação do conhecimento produzido em torno de questões específicas, com vistas à constituição de áreas de excelência, é uma constante nos programas paulistas e pode ser constatada na profusão de linhas de pesquisa verificada nos PPGs de Sociologia (ver Quadro 2).

Temos em três PPGs em Sociologia de São Paulo um total de 24 linhas de pesquisa, sendo cinco no PPG da USP, 14 no da Unicamp e cinco no da UNESP. Embora a ocorrência de esforços conjuntos possa ocorrer, é fato de certa evidência que a estrutura organizacional desses programas não favorece essa prática. Ao contrário: à primeira vista, o simples exame está a indicar que essa organização pode proporcionar com muito conforto a construção de parte de orientadores e orientandos de carreiras “solo”. É certo também que tal organização não garante real proximidade entre docentes e discentes, fato constatável ao menos no que tange às publicações.

Quadro 2 - Linhas de pesquisa x áreas de concentração em universidades selecionadas (Estado de São Paulo - 2004)

Universidade	Linhas de pesquisa	Áreas de concentração
USP	Classes, conflitos e movimentos sociais	Outras sociologias específicas
	Identities, diferença, distinção e desigualdade	Outras sociologias específicas
	Cultura, simbolização e representações sociais	Outras sociologias específicas
	Teoria Sociológica	Fundamentos da Sociologia
	Processos políticos e instituições públicas — violência, direitos e cidadania	Sociologia Política

Unicamp	Mudanças sociais: questões em ambiente, tecnologia e desenvolvimento	Sociologia do conhecimento
	Marxismo e sociedade	Fundamentos da Sociologia
	Estudos de população	Sociologia Urbana
	Sociologia da cultura	Outras sociologias específicas
	Sociologia da questão agrária	Sociologia rural
	Teoria e pensamento social	Fundamentos da Sociologia
	Sociologia do trabalho	Outras sociologias específicas
	Sociologia contemporânea	Fundamentos da Sociologia
	Sociologia clássica	Fundamentos da Sociologia
	Pensamento social no Brasil	Fundamentos da Sociologia
	Teoria e ambiente	Outras sociologias específicas
	Tecnologia e ambiente	Sociologia do conhecimento
	Conflitos sociais e ambiente	Outras sociologias específicas
	Cidadania e direitos	Sociologia Urbana
UNESP/ Araraquara	Cultura e Ideologia	Outras sociologias específicas
	Classes e movimentos sociais	Outras sociologias específicas
	Família e relações de gênero	Outras sociologias específicas
	Agricultura, urbanização e industrialização no Brasil	Sociologia rural/Sociologia urbana
	Estado, desenvolvimento e políticas públicas	Sociologia do desenvolvimento

Fonte: Cadernos de Avaliação 2004, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e Plataforma Lattes CNPq; elaboração, Carla Diéguez.

A disciplina apresenta-se, portanto, fragmentada em linhas de pesquisas diversas, na maioria relacionadas à área das “outras sociologias específicas”, ou seja, linhas que atendem as novas demandas colocadas à Sociologia.

Neste particular, a Unicamp surpreende pela quantidade de linhas, 14 no total. Este dado pode apontar para uma tendência à não-especialização, dedicação exclusiva a um único tema ou à facilidade dos docentes em transitar entre os temas, visto o fato de que a Unicamp possui apenas 18 docentes. Em contrapartida, é importante apontar que essa grande variação de linhas de pesquisa confluiu para uma área de “fundamentos da Sociologia”, que congrega cinco das 14 linhas levantadas, e que a área das Sociologias específicas compreende quatro linhas de pesquisa.

Ademais, o PPG em Sociologia da Unicamp apresenta o mérito de desenvolver linhas que incentivam a interdisciplinaridade, como Estudos de população e Tecnologia e Ambiente, que se ligam diretamente à área de Demografia, a cursos tecnológicos e da área de ciências biológicas.

Já nos programas da USP e da UNESP temos a prevalência das chamadas “Sociologias específicas”. Nos dois casos, são três as linhas de pesquisa adotadas em cada programa. Na USP, essas três áreas aparecem ao lado de uma área de Sociologia política e outra de Teoria sociológica, ao passo que na UNESP são complementadas por uma área de Sociologia do desenvolvimento e outra de Sociologia rural e

Sociologia urbana, que guardam a identidade original deste programa instituído em 1981.

De um modo geral, podemos dizer que o grau de dispersão das linhas de pesquisa apresenta um padrão comum nos três programas paulistas. Certamente, as razões dessa dispersão prendem-se à presente fragmentação da disciplina, decorrente da grande especialização verificada nas duas últimas décadas, o que leva alguns autores a indagar se a Sociologia é hoje “[...] verdadeiramente uma disciplina científica ou [...] uma simples justaposição de orientações e de trabalhos muito diversos.”(CORCUFF, 2001, p.7).

Parece também contribuir para essa profusão de abordagens a longevidade dos programas paulistas: o curso de mestrado mais recente, o da UNESP/Araraquara, tem 25 anos de existência. Esse longo ciclo permitiu que várias gerações de pesquisadores atuassem nesses programas e imprimissem nestes suas marcas e escolhas acadêmicas. Dessa forma, os projetos originais, que contemplavam certas concentrações, foram progressivamente alterados e muitas vezes enriquecidos.

No entanto, há indicações de que a reprodução desta particularidade poderá encontrar dificuldades advindas das políticas públicas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Transpostas a nosso campo específico, tais orientações apontam para a substituição do sociólogo “solista”, formado ao longo dos anos 70 e 80, pelo pesquisador engajado numa equipe ou grupo de pesquisa. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o período 2005-2010 torna clara a uniformização dos critérios por meio quais a produção científica em geral e os PPGs em particular serão avaliados. Segundo este documento:

A avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Os índices propostos dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. (BRASIL, 2004, p.58-59).

Parece claro que a força indutiva dos órgãos de fomento e de avaliação está voltada para propósitos que restringem a autonomia dos PPGs no estabelecimento de temas e linhas de pesquisa, e por extensão dos pesquisadores a eles afiliados.

Um estudo recente sobre os PPGs de Ciências Sociais aponta a progressão de um movimento de centralização da administração acadêmica, no qual está claramente formulado o objetivo de

[...] recuperar a capacidade das agências de fomento de agir de forma mais pró-ativa. Através de um intenso diálogo com a comunidade acadêmica, elas deveriam

induzir demandas para áreas do conhecimento que apresentam lacunas e apoiar temas considerados estratégicos para o país. (MARTINS, 2005, p.29).

Temos, portanto, o repto de uma dupla mudança: o padrão institucional dos PPGs em Sociologia brasileiros e, particularmente, do estado de São Paulo deverão sofrer importantes alterações no período que se aproxima. Da mesma forma, o perfil dos formandos e, sobretudo, dos docentes também poderá ser modificado, em benefício de interações que privilegiem formas coletivas de produção.

Talvez em breve chegue o tempo do virtuosismo dos solistas dar lugar à harmonia das orquestras.

POST-GRADUATION PROGRAMS IN SOCIOLOGY IN THE STATE OF SÃO PAULO

Abstract: This article presents a comparative analysis of the post-graduation programs in Sociology in the State of São Paulo, face to the national panorama. This analysis is based on the data produced for CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior referring to the year of 2004, from which it searches to present trends of development of such programs with respect to the next years.

Keywords: Sociology. Post-graduation studies. São Paulo.

Referências

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A trajetória da pesquisa na Sociologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.22, p.315-324, set./dez. 1994.

BERLINCK, Cyro. Liderança e liberdade. **Sociologia**, São Paulo, v.26, n.3, p.281-305, set. 1964.

BRASIL. Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. **Estatísticas:** dados e estatísticas sobre a FAPESP. Disponível em: <www.fapesp.br>. Acesso em: 25 abr. 2006a.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/PNPG_2005_2010.doc>. Acesso em: 17 abr. 2006b.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. **Qualis**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/webqualis.html>. Acesso em: 22 ago. 2006c.

_____. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. **Cadernos de avaliação 2004**. Disponível em: <www.cnpq.br>. Acesso em: 17 abr. 2006d.

CORCUFF, P. **As novas sociologias:** construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política:** relatório anual do diretor. São Paulo: [s.n], 1942.

_____. **Prospecto geral da Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. São Paulo: [s.n], 1953.

FORJAZ, M.C.S. **As ciências sociais na FAPESP**. São Paulo: IDESP - Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1989.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Conselho Superior. **Ata da 27ª Sessão Ordinária** realizada em 25 de fevereiro de 1987.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005.

PORTO, Maria Stella Grossi. Tendências recentes da pesquisa em sociologia: uma visão de conjunto. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 2004. p.191-207.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA [SBPC]. Presidente do CNPq responde à Sociedade Brasileira de Física sobre aumento de bolsas de produtividade em pesquisa. **Jornal da Ciência** - JC e-mail 2990, de 05 de Abril de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=36565>. Acesso em: 05 abr. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO [UFPE]. **Programa de pós graduação em sociologia** [PPGs]. Disponível em: <http://www.dcs.ufpe.br/sociologia/index>. Acesso em: 28 abr. 2006.

WEBER, Silke. A pós-graduação em Ciências Sociais: problemas e perspectivas do ensino da Sociologia. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 167-181.